



Relações interpessoais violentas entre alunos de Escolas Públicas Brasileiras

Violent Interpersonal Relationships among Brazilian Public School Students

Liduina Maria Bezerra Façanha Rodrigues¹
João Valdinei Corrêa Lopes²

RESUMO

O artigo de revisão apresenta estudos com o objetivo de analisar as causas das relações interpessoais violentas entre alunos de escolas públicas brasileiras. Utilizou-se a metodologia da investigação científica, baseada na pesquisa bibliográfica, de natureza explicativa e abordagem qualitativa. Os resultados identificaram os aspectos históricos e conceitos de educação e a legislação da educação e correlatas sobre convivência humana, descreveram a violência escolar, e, avaliaram a atuação da escola e família no combate a violência escolar. Assim, chegou-se a conclusão de que é preciso considerar a escola um espaço de socialização e de enfrentamento da violência onde são construídas relações de ensino e aprendizagem entre professores e alunos e esta é a razão de existência do processo de ensino e aprendizagem que favorece a formação de cidadãos amantes da paz.

Palavras-Chave: Violência Escolar, Alunos, Ensino Fundamental.

ABSTRACT

The review article presents studies with the objective of analyzing the causes of violent interpersonal relationships among students from Brazilian public schools. The methodology of scientific investigation was used, based on bibliographical research, with an explanatory nature and a qualitative approach. The results identified the historical aspects and concepts of education and the legislation of education and correlated on human coexistence, described school violence, and evaluated the performance of the school and family in combating school violence. Thus, it was concluded that it is necessary to consider the school as a space for socialization and confrontation of violence, where teaching and learning relationships between teachers and students are built, and this is the reason for the existence of the teaching and learning process that favors the formation of peace-loving citizens.

Keywords: School Violence, Students, Elementary School.

INFORMAÇÕES

Histórico do Artigo:

Submetido: 05/06/2023

Aprovado: 12/06/2023

Publicação: 01/07/2023



¹ Mestra em Ciências da Educação pela Universidad Internacional Tres Fronteras, PY.. liduinavillys@gmail.com

²Doutor em Ciências da Educação pela Universidade São Marcos de São Paulo. vnrlopes@gmail.com

1. Introdução

O artigo apresenta estudos sobre o tema Relações interpessoais violentas entre alunos de escolas públicas brasileiras. A escolha deste tema é importante pela necessidade de entender como é vista a questão da violência nas instituições de ensino, considerando que é um tema frequente tanto na mídia quanto na educação e vem preocupando educadores, em todos os níveis, bem como a sociedade.

Na última década a violência nas escolas têm preocupado o poder público e toda sociedade, principalmente, pela forma como tem se configurado. A temática de violência nas escolas do Brasil é um fenômeno recente e que tomou proporções por causa de uma Chacina no Rio de Janeiro em 2011, onde cerca de doze estudantes morreram na tragédia.

O conflito e violência sempre existiram e sempre existirão, principalmente, na escola, que é um ambiente social em que os jovens estão experimentando, isto é, estão aprendendo a conviver com as diferenças, a viver em sociedade. Esse círculo de violência deve ter um olhar mais universal, principalmente, por aqueles que pensam sobre a educação.

Para a UNICEF (2018), a violência entre pares é uma componente perversa da educação dos jovens de todo o mundo. E, seus representantes entendem ser necessário adotar a legislação para proteger os alunos da violência nas escolas, se reforce as medidas de prevenção e de resposta nos estabelecimentos de ensino, mudança de cultura nas salas de aula e comunidades e investimentos mais eficazes e direcionados para ajudarem os jovens e as escolas a manterem-se em segurança.

A escola não é um simples lugar pelo qual o indivíduo é convidado, mas a mesma faz parte da vida do homem e por mais que o tempo passe não será esquecida, pelo contrário, verá o quanto foi importante estar nela. De fato, a escola deveria ser esse espaço de paz, de reconhecimento. As pesquisas colocam o Brasil como um dos mais violentos do mundo quando se trata desses profissionais. É nesse contexto, que as escolas brasileiras enfrentam o seu cotidiano. Longe, muito longe de uma conjuntura que não deveria ser um ideal, mas a realidade.

Nos dias de hoje o tema violência escolar tem sido objeto discussão em vários segmentos: na escola, na sociedade, nos centros acadêmicos em outros, mostrando a preocupação que esse assunto de tamanha complexidade vem causando, mesmo porque se desenvolve dentro de um ambiente formador, é

intrigante. Quando a violência escolar se descortinou e passou a ser motivo de discussões na escola e na sociedade, tornando-se uma temática atemporal.

Além disso, refletir sobre a problemática da violência escolar especialmente nos limites da escola é de suma relevância, pois proporcionará uma melhor compreensão dos problemas que permeiam as relações entre os docentes e os alunos vivenciadas no âmbito escolar. Dessa maneira, pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa: De que forma acontecem as relações interpessoais violentas entre alunos de escolas públicas brasileiras?

Portanto, o objetivo geral do artigo consistiu-se em analisar as causas das relações interpessoais violentas entre alunos de escolas públicas brasileiras. Em relação aos objetivos específicos, pretende-se: identificar os aspectos históricos e conceitos de educação e a legislação da educação e correlatas sobre convivência humana; descrever a violência escolar; e, avaliar a atuação da escola e família no combate a violência escolar.

2. Aspectos Históricos e Conceituais da Educação

O homem, no período primitivo, vivia em processos rudimentares de transformação. O indivíduo não tinha a necessidade de compreender a razão, o sentido e a finalidade das mudanças que ocorriam naquele tempo. Luzuriaga (2001, p. 14) define-a como “[...] natural, espontânea, [...] sob a influência ou direção dos maiores”. Ocorriam em vários momentos espalhados pela tribo e todos os elementos da família participavam. “O homem nasce em um mundo repleto de elementos naturais e sociais”(DOS SANTOS; PONTES & MORAES, 2021, p.1).

Outro marco foi na Grécia Antiga, neste período as crianças viviam a primeira infância em família, assistidas pelas mulheres e submetidas à autoridade do pai, que poderia reconhecê-las ou abandoná-las, que escolhia seu papel social e era seu tutor legal (ARANHA, 2006). A infância não era valorizada em toda a cultura antiga: era uma idade de passagem, ameaçada por doenças, incerta nos seus sucessos; sobre ela, portanto, se fazia um mínimo investimento afetivo (MARTINS, 2011).

A escola ainda permanecia elitizada, atendendo aos jovens de famílias tradicionais da antiga nobreza ou dos comerciantes enriquecidos. O ensino das letras e dos cálculos demorou um pouco mais para se difundir, já que nas escolas a formação era mais esportiva que intelectual. A educação sempre foi e será fonte de inúmeros questionamentos, haja vista a necessidade que se faz sua reflexão, refletir

sobre a educação, é buscar subsídios teóricos e práticos no referente a educação em sua totalidade (ALVES, 2010).

Na educação em Roma apesar de a figura paterna ter papel central, a mãe era considerada de suma importância e tinha um posicionamento muito menos submisso que na Grécia. A mãe era valorizada e reconhecida como organizadora da vida educacional dos filhos, junto a pedagogos e mestres. Se por um lado a mãe zelava pela formação cultural da criança, cabia ao pai a formação moral e social, até mesmo permeando os estudos, o qual era feito de forma rígida, para a formação do futuro cidadão (GUILLEN, 2008).

O processo de educação na Idade Média era responsabilidade da Igreja, pois existia nesse período escolas que funcionavam anexas às catedrais ou a escolas monásticas que funcionavam nos mosteiros, nesse contexto, a Igreja assumiu a tarefa de disseminar a educação e a cultura medieval e o seu papel foi preponderante para o nosso legado educacional contemporâneo (ARANHA, 2011).

Os cursos oferecidos eram em latim e com isso exigia-se do estudante muito empenho e dedicação. O estudo das sete artes liberais era dividido em dois ciclos: o trivium e o quadrivium. O primeiro compreendia a gramática, a retórica e a lógica; o segundo compunha-se do estudo da aritmética, geografia, astronomia e música. Conforme o grau de afinidade, distribuíam-se então os estudantes pelos cursos de Direito, Medicina e Teologia (ALMEIDA, 2012).

Na modernidade, a família, objeto de uma retomada como núcleo de afetos e animada pelo “sentimento da infância”, que fazia cada vez mais da criança o centro da vida familiar, elaborava um sistema de cuidados e de controles da mesma criança, que tendiam a conformá-la a um ideal, mas também a valorizá-la como mito. Ao lado da família, à escola: uma escola que instruía e que formava que ensinava conhecimentos, mas também comportamentos, que se articulava em torno da didática, da racionalização da aprendizagem dos diversos saberes, e em torno da disciplina, da conformação programada e das práticas repressivas (ALVES, 2010).

Também é dessa época a descoberta da disciplina: uma disciplina constante e orgânica, muito diferente da violência e autoridade não respeitada. A disciplina escolar teve raízes na disciplina religiosa; era menos instrumento de exercício que de aperfeiçoamento moral e espiritual, era buscada pela sua eficácia, como condição necessária do trabalho em comum, mas também por seu valor próprio de edificação.

A história da educação no Brasil tem como ponto de partida o período colonial, sendo que a organização social da colônia e o conteúdo cultural se relacionavam harmonicamente (MOTA, 2012). Na primeira metade do século XVIII, Portugal era administrado com "mão de ferro" pelo Marquês de Pombal, que fez uma série de reformas educacionais que repercutiram no Brasil. Tirou o poder educacional da Igreja e colocou-o nas mãos do Estado, criando assim, um ensino pelo e para o Estado (ARANHA, 2013).

O século XIX passou a apresentar uma estratificação social mais complexa que a do período colonial. A pequena burguesia, classe emergente, desempenhou papel relevante, afirmando-se como classe reivindicadora e assim agiu sobre a educação escolarizada. Frequentava a escola da mesma forma que a aristocracia, e também recebia uma educação de elite.

Havia uma contradição entre as classes que se tornou responsável por movimentos posteriores. A pequena burguesia precisava compactuar com a classe dominante, pois era dela dependente, porém era influenciada pelas ideias iluministas europeias que contrariavam o pensamento aristocrata-rural. Esta contradição vai causar uma ruptura responsável, posteriormente, pela abolição dos escravos e pela proclamação da república.

As reformas pedagógicas não foram suficientes para que os problemas educacionais fossem resolvidos, e o que se percebe é que a educação tradicional manteve-se durante este período como consequência do próprio modelo socioeconômico, que não havia substancialmente sido alterado com o advento da República.

Atualmente as escolas enfrentam grandes desafios, haja vista que necessitam implantar uma educação para a compreensão e adaptação à mudança. Deste modo, envolvendo o desenvolvimento de capacidades de inovação, no sentido de transformar os cidadãos sujeitos ativos, criativos e participativos capazes de construir sua própria história neste mundo globalizado.

O modelo do passado que exige a memorização de acontecimentos, conceitos, datas e fatos, necessariamente não possibilita ao aluno uma reflexão sobre determinado conhecimento. As atividades desenvolvidas no ambiente escolar devem ter ligação direta com as atividades na vida comum, proporcionando uma constante reflexão das mais possíveis experiências realizadas mostrando como é

eficaz deixar que o aluno faça, descubra e conclua, assim a aprendizagem virá naturalmente.

É imprescindível que o professor compreenda como o aluno elabora e constrói o conhecimento, respeitando assim as diferenças e valorizando a cidadania. Contextualizar fatos possibilita ao aluno a percepção de como utilizar os conteúdos trabalhados nas disciplinas, de forma prática e necessária, contribuindo para a elaboração de estruturas que permitirão uma aprendizagem significativa.

No artigo 56, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), impõem-se aos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental que comuniquem ao conselho tutelar os casos de: “I – maus tratos envolvendo seus alunos; II – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotado os recursos escolares; III – elevados níveis de repetência” (BRASIL, 1988).

A partir dos anos 90 do século XX, os princípios norteadores da formação docente passaram a oferecer destaque à figura do professor como mediador entre o que o aluno aprende espontaneamente na vida cotidiana e a educação formal, garantindo a apropriação de instrumentos culturais básicos que permitam o entendimento da realidade social e promoção do desenvolvimento individual. Assim, a atividade pedagógica do professor tornou-se um conjunto de ações intencionais, conscientes, dirigidas para um fim específico.

Assim, é possível afirmar que a educação continuada, fundamentalmente, foi concebida pela necessidade de os países se adequarem à política internacional de eliminação de todos os tipos de ignorância, através da promoção de educação básica acessível a todas as pessoas e da redução maciça do analfabetismo propriamente dito, do analfabetismo funcional e da ignorância, antes do fim da década, considerando que a educação é um direito fundamental. Tal premissa foi estabelecida por ocasião da Conferência Internacional de Educação para Todos, realizada em março de 1990, em Jotiem, na Tailândia (ALVES, 2010).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, sendo produto da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. De acordo com a Lei, é caracterizada na condição de criança àquele de idade até doze anos incompletos e adolescente é àquele que estiver entre doze e dezoito anos de idade, determinando que ambos devem desfrutar de todos direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral o ECA. Além disso, ressalta que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral

e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A incondicional primazia que trata a Lei compreende a preferência de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação excepcional de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. Sobressai que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Cunha (1996) apontou que os PCN consideram a escola “onipotente” para encarar o fracasso escolar, uma vez que acreditava-se que os métodos e mecanismos que esta possuía eram suficientes para combater os resultados negativos obtidos na instrução sistematizada. Dessa maneira, tal documento leva em conta apenas o fracasso como resultado de problemas internos da escola, descartando, assim, os aspectos sociopolíticos e econômicos, descartando outras causas externas que colaboram para o baixo rendimento das escolas brasileiras, como por exemplo, o da má distribuição de renda, a pobreza de grande parte da população, os índices de violência, o abandono, o desemprego.

Acompanhando o patamar constitucional a LDB (Lei n. 9.394/96), dispõe no artigo 3º, inciso IX, a garantia do padrão de qualidade, no inciso VII a valorização do profissional da educação escolar; e no inciso III o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Na realidade, o processo de elaboração dos PCN iniciou-se em 1994, a partir da organização de uma equipe, composta por estudiosos da educação brasileira e de professores de outros países sul-americanos.

Em relação especificamente à formação de professores, a implantação de um currículo nacional trouxe como efeito a desqualificação docente, decorrente do excesso de prescrições detalhadas. “Tais prescrições acabam por marcar a conduta docente por uma obediência mecânica, com previsíveis consequências para a produção de cidadãos críticos e criativos”(GOODSON, 1994, p. 56).

As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de Maio de 2006) aplicam-se à formação inicial para o exercício da

docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006; FERREIRA, 2006).

3. A Violência escolar: Um Fenômeno Atual

Ao se discutir a paisagem da violência é necessário citar Appadurai (2009), uma vez que seus estudos giram em torno das relações estabelecidas na sociedade contemporânea entre imaginário do medo, a violência urbana e suas manifestações nas mais diversas instituições. As transformações no espaço público das grandes cidades, mediante a leitura crítica dos eventos que marcam a banalidade da violência e do medo em instituições como a escola em contraponto com o imaginário do medo gerado pela violência.

As agressões podem se configurar nas seguintes formas: diretas e indiretas, mas dificilmente a vítima recebe apenas um tipo de maus-tratos, o agressor se expressa nas mais variadas formas de violência. Essas atitudes podem ser divididas em: violência física e material, verbal, moral ou psicológica e sexual. Tais atitudes violentas contribuem não somente para a exclusão social da vítima, mas também para evasão escolar.

Vale pontuar que no ambiente escolar os agentes e/ou vítimas dessa violência podem ser professores, alunos e todos os envolvidos no processo. Ela pode se dá nas relações professor-aluno, aluno-professor, aluno-aluno, aluno-escola ou escola-aluno.

a) Física e Material: A violência física está relacionada com atos de bater, chutar, empurrar, ferir, ameaçar, beliscar, gritar e intimidar, sendo o mais fácil de ser percebido. Já a violência material se refere ao roubo art. 157 Código Penal. Subtrair coisa móvel alheia, pra si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência; e ao furto art. 155. CP, Subtrair para si ou para outrem, coisa alheia móvel, sem violência.

b) Verbal: Crianças e jovens são sempre muito sensíveis a certos comentários que fazem sobre eles, porque estão em desenvolvimento e não tem maturidade suficiente para separar o que ouvem sobre si do que realmente são. A violência verbal ocorre através dos ataques com palavras ofensivas, afronta, ofensas com

injúrias, xingamento com apelidos pejorativos, zoando, fazendo gozações, difamações, fofocas, ameaças, telefonemas abusivos, passando e-mails intimidando. As agressões verbais são praticadas principalmente na presença das pessoas estranhas, geralmente por meninos e meninas. É a forma mais fácil de fazer, porque pode ser só sussurrado, de forma que os adultos não escutem, podem ocorrer também através de bilhetinhos a colegas, escondidos do professor.

c) Moral ou Psicológica: A violência moral ou psicológica na escola é um fenômeno bastante antigo. Existem inúmeras histórias de pessoas que relatam os maus - tratos desde que surgiram as relações educacionais, muitos tentam banalizar e confundir como consequências de forma de organização. Em decorrência da relevância e dos avanços nas relações sociais e educacionais tornaram-se temas de estudos em diversas áreas do conhecimento humano e em vários países. Dessa forma muitos especialistas em educação procuraram entender o fenômeno e suas consequências prejudiciais, que interferem na saúde, no ambiente escolar e na produtividade.

d) Sexual: A agressividade injustificada nas relações amorosas entre os adolescentes é fruto da maturação natural da sexualidade, das mudanças hormonais, do surgimento da atração sexual, do despertar do desejo, da vontade de experimentar a vida (CALHAU, 2010).

Apenas a conduta agressiva pode ser considerada uma espécie de violência quando estão presentes os seguintes requisitos: reiteração dolosa da conduta ofensiva, repetição de atos, relação desigual de poder e quando causado por dor e angústia na vítima, havendo também manifestação de domínio de molestamento ou de violência. Nesse tipo de violência as vítimas geralmente são meninas pré-adolescente e adolescente que convivem com essa prática também em outro ambiente social (CHALITA, 2008).

No que tange a isso, compreende-se que as causas da violência podem ser encontradas em cinco grandes níveis: sociedade, família, escola, professor e aluno. Sabendo disso, é preciso investigar quais são as causas da violência no contexto escolar, para então buscar construir algumas alternativas para lidar com o problema. Isso indica que é importante superar a concepção de que o problema da violência está no aluno, pois o discente tem sido a maior vítima de todo o contexto no qual vive. Daí a necessidade de se pensar em algumas alternativas para amenizar os problemas do cotidiano escolar.

Portanto, deve-se afirmar que um dos aspectos humanos que estimulam a violência na escola são as relações sociais baseadas na indiferença. Assim, construir outra relação educacional entre os membros da comunidade constitui-se uma importante finalidade, ou seja, deixar de lado a simples participação alienada e passiva, para construir uma participação consciente e interativa (VASCONCELOS, 2009).

Nessa perspectiva, o professor precisa ser exigente, mas não com normas rígidas, incoerentes, mas utilizar com equilíbrio o incentivo a fim de que os educandos participem de forma significativa da construção de seus conhecimentos. Segundo Vasconcelos (2004), existem, de forma geral, duas formas de conseguir a mudança no comportamento violento; sendo uma delas por coação, resultado de uma educação autoritária ou por convicção, na linha de uma educação dialética-libertadora. Ambas, apresentam aparentemente os mesmos resultados, mas as marcas que são deixadas nos sujeitos são completamente distintas.

A disciplina baseada no ato de coagir contribui para a formação de indivíduos passivos, obedientes, dependentes, imaturos e que não compreendem o contexto social no qual estão inseridos. Por outro lado, a disciplina construída por convicção, auxilia para formar sujeitos ativos, autônomos, responsáveis e que tem no diálogo a base de seu desenvolvimento (KAMII, 1996).

Mas para conseguir construir uma cultura da paz fundamentada na convicção, deve-se investigar quais são as causas da violência na escola, conhecendo a realidade na qual os sujeitos estão inseridos, bem como estabelecer um diálogo permanente com os familiares e com os demais membros que compõem o universo escolar. Isto significa que é preciso evitar a tendência de transferir a responsabilidade pela violência (VASCONCELOS, 2009).

A violência contra professores se caracteriza como um fenômeno mundial, e tem sido alvo de estudos em diferentes países. Isso demonstra que esta classe tem estado vulnerável aos diferentes tipos de violências que podem ocorrer de várias formas: física, emocional, intelectual, financeira e psicológica. Esses profissionais sentem-se prejudicados em relação aos alunos, pois os mesmos são alvos de ameaças, agressões e desrespeitos em todos os níveis na sala de aula; sendo que esses são alguns dos fatores que desestimulam professores a seguirem em frente na profissão. (COLOMBIER, 1999).

Ainda falando sobre as ameaças que preocupam professores, segundo Abramovay (2003) a forma mais comum são principalmente as ameaças e promessas de agressões e retaliações físicas depois do horário de aula e fora dos muros da escola. Uma situação como essa acontece em virtude das notas e indisciplinas em sala de aula. Há situações em que o professor suspende o aluno temporariamente, não permite a sua entrada em sala e só permitindo seu retorno com a presença dos pais ou responsáveis.

Em relação à violência da escola, mostra-se todo tipo de práticas utilizadas pela instituição escolar que prejudicam seus membros (qualquer um destes) como: os fracassos escolares, falta de interesse em permanecer na escola. A indisciplina, a expulsão, a intimidação, o ameaçar - abuso do poder (baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade por parte dos professores, diretores e supervisores, exemplo: avaliação, atribuição de notas, entrega do boletim, a marginalização, a desvalorização do profissional professor, a insatisfação, indiferença, absentismo dos alunos, despreparo do profissional, falta de estímulos e interesse em educação continuada, discriminações diárias onde se destacam como violentas situações que não envolvem a força, mas se caracterizam por ações de força (ABRAMOVAY, 2003).

4. Família e a Violência Escolar

Para melhor entender a presença da violência nos relacionamentos interpessoais é necessário entender a família enquanto um espaço de socialização e de construção das subjetividades. Constata-se que alunos provenientes de faixas etárias cada vez menores, em torno de 8 a 13 anos já se encontram envolvidos em situações de violência. Também há relatos de que crianças da educação infantil já apresentam reações violentas, percebendo-se que até a fase entendida como inocente da criança vem sendo atingida.

Cabe aqui ressaltar a participação familiar neste contexto, pois, a família é essencial no desenvolvimento de qualquer indivíduo, ela é a base para a formação da personalidade. “[...] a participação de familiares e responsáveis é condição fundamental no critério de intervenção dentro do contexto escolar para alcançar êxito educativo pleno”(OLIVEIRA; SOUZA & SANTOS, 2022, p.319).

Entretanto, não se pode deixar de destacar que a formação da personalidade recebe diferentes influências, sendo que desde o nascimento o sujeito recebe

inúmeros estímulos em variados ambientes e são essas influências que ajudam na formação do caráter e da personalidade.

O que acontece na escola, bem como os seus problemas relacionais são reflexo do meio social o qual estamos inseridos, com suas carências, seus conflitos e expectativas e especialmente do meio social básico e nuclear, a família. (MORGADINHO, 2007).

Os episódios de violências que é apresentado no ambiente escolar, são com alunos provenientes de relações familiares disfuncionais, onde são frequentes atitudes grosseiras, agressivas, preconceituosas, desrespeitosas, superprotetoras ou ausentes. Estas famílias fazem parte do problema da violência na escola, pois a violência está presente no meio social, infiltrando-se nas relações familiares fazendo parte do seu cotidiano e, conseqüentemente, do cotidiano das crianças.

Os alunos frequentemente nada mais são do que o reflexo da família. O pai que tem a atitude de ameaçar de morte professores e diretores e a mãe que tenta agredir a assessora escolar - ambos por terem sido denunciados pela escola por agressão física à própria filha - cria um ambiente onde suas atitudes dificultam a possibilidade de seus filhos aprenderem o sentido, o significado e a importância de valores como a compreensão, solidariedade, tolerância, amizade, paz, fraternidade e o respeito à diversidade, aos professores, aos funcionários e aos colegas.

Crianças e adolescentes que experimentam situações violentas em seu meio social e familiar podem ter sua base educacional para a cultura e cidadania significativamente prejudicada por conviverem em um ambiente favorecedor com este tipo de comportamento. “A violência que os jovens sofrem em casa, pelos pais, geralmente tem consequência desastrosa no processo de ensino-aprendizagem e, principalmente no convívio social” (DE ALMEIDA, 2023, p.31).

Além das atitudes agressivas, há muitos outros comportamentos de predisposição e incitação à violência vindos da própria família. Muitas das recomendações dos pais aos filhos estimulam a sua e agressividade, seu desrespeito e incivilidade. Muitas das sementes da violência na escola começam em casa com a falta de autoridade e conseqüente falha de regras, a ausência ou esbatimento dos modelos de comportamento dos pais e também pelo abandono, abuso e frustrações de que são vítimas. A família é sempre parte da solução do problema da violência escolar.

Na medida em que é um espaço de convivência respeitosa, de interiorização de regras e valores, de cooperação e valorização do trabalho, de equilíbrio afetivo, de autenticidade de relações, cultiva a responsabilidade em clima de justiça e correção positiva e cria atitudes fomentadoras de relações sadias que se transferem para o ambiente escolar (MORGADINHO, 2007).

Alguns pais, quando percebem o que está acontecendo, não sabem o que fazer, enquanto outros não se dão conta do que ocorre e muitas vezes acabam sendo cúmplices de todo esse processo de massificação da violência. A família é importante na prevenção da violência na vida das crianças por ser a principal referência da criança no desenvolvimento de seu comportamento, sendo encarregada de transmitir aos filhos as primeiras noções de ética e respeito para o melhor convívio com o grupo (CURY, 2003).

Este conceito exige avaliações críticas, com investigações mais aprofundadas do assunto visando compreender e reconhecer a violência no contexto escolar, pois esta produz grandes preocupações e sensação de impotência diante dos fatos que a envolvem. Hoje, o ponto mais grave é os pais não assumirem o seu papel, a sua função dentro da família, que é educar os filhos, dando amor, disciplina e limites.

Contudo, é preciso observar os comportamentos e as atitudes apresentadas pelos pais. Sendo alguns presentes e outros totalmente ausentes em suas vidas e atividades. Outros sendo representantes da moral e dos valores, muitas vezes equivocados, em nada auxiliam na formação dos seus filhos. Os pais precisam se aproximar mais de seus filhos. Pois na maioria das vezes, os pais têm dividido seu dia desta forma: oito horas no trabalho, oito horas dormindo e as oito horas restantes dividem-se entre praticar alguma atividade física, ver televisão, usar o computador, realizar tarefas domésticas ou conversar com amigos nas redes sociais restando muitas vezes apenas alguns minutos com os filhos.

Segundo Cortella (2009) as crianças nos dias atuais não têm muito contato com os adultos da família devido aos mesmos estarem trabalhando e não terem tempo para conversar com os filhos ou por simples desinteresse. Isso gera uma situação de extremos: ora apresentam comportamentos excessivamente agressivos com os filhos, ora excessivamente condescendentes com eles, tentando sanar a culpa da ausência na vida do filho. Porém, a 11 condescendência é tão danosa quanto à ausência ou a indiferença, pois esse fator muitas vezes leva à falta de autoridade dos pais e conseqüentes atitudes de violência até contra eles mesmos.

A ausência de regras e de responsabilidades impossibilita o exercício da liderança, o que, dificulta a educação para a vida e para a sociedade. Essa debilidade da autoridade familiar reverte-se na alteração do seu papel refletindo no papel da escola e resultando no enfraquecimento da autoridade escolar. Todavia, se os pais tivessem uma atitude diferente mediante a essa situação, haveria de certa forma uma mudança positiva no relacionamento familiar. Tais comportamentos poderiam ser diferentes se, junto com a formação da criança, os pais, além da afetividade, impusessem as regras, correções, consequências e recompensas com o intuito de levar a criança a refletir sobre o seu papel no lar e na sociedade.

Os filhos deveriam aprender com os pais sobre o mundo, sobre os valores morais e éticos, sobre a questão da violência, sobre o respeito ao ser humano e à diversidade. Entretanto, isto requer tempo, coisa que os pais, preocupados com a crise, com as contas e obrigações domésticas, e com a necessidade de trabalhar cada vez mais para assim poder dar conta de suas responsabilidades essenciais, como despesas com água, energia, alimentos, e vestuário, pouco dispõe. É importante gastar tempo com as crianças. Contudo, a sociedade desorganizada não oferece o devido ambiente aos pais para que possam assim proceder.

O exemplo de autoridades e pessoas públicas em nada contribui para a diminuição da violência. As grosserias, as violências físicas e verbais são observadas constantemente no cotidiano, na mídia, na imprensa e na internet. E a criança/adolescente/jovem mediante a isso tudo segue o exemplo daquilo que vê ou vivência e repete a essas atitudes nas suas relações. Mediante a essa constatação torna-se necessário que o adulto organize o seu tempo para a convivência com a criança/adolescente ou jovem. Se o adulto não administrar bem o tempo dele para dar a devida atenção à criança, ela não saberá como requerer esse tempo para sua atenção. Ela somente apresenta sinais dessa necessidade. Segundo Cury (2003, p. 45): “Quem tem que programar este tempo com os filhos deve ser os pais”.

A reavaliação do papel da família na sociedade é de grande importância para que haja a redução dos índices de violência. Evidentemente, essa não é uma medida única, mas um meio de procedimentos que demonstram boas maneiras e respeito entre os cidadãos; afabilidade e cortesia nas relações pessoais e profissionais. O homem tem vivido um momento delicado e crucial na história da sociedade humana. São momentos de mudanças e transições, em que novas constituições e valores redesenham a estrutura familiar contemporânea.

5. Considerações Finais

A educação escolar vai além do papel social de possibilitar a vivência democrática, o desenvolvimento de habilidades cognitivas ou o contato com as culturas e artes. A escola zela pela integração social e pela criação de oportunidades para que o aluno aprenda a conviver em sociedade, de modo que entenda que fazer parte de uma sociedade é integrar uma coletividade composta por pessoas diferentes e assim desenvolva habilidades para que aprenda ser um sujeito solidário, colaborativo e respeitoso em suas relações.

Para isso as crianças e os adolescentes precisam ter na família, um grupo de pessoas que se amam e se respeitam e que essas qualidades se estendam ao conviver com seus amigos, vizinhos, professores, etc. Também precisa ter na escola ações conjuntas entre escola, pais e sociedade tendo em vista delegar as responsabilidades e saber como transformar estas situações de violência. “Na família, a falta de tempo para ouvir e dialogar, o estresse do dia a dia, o acúmulo de responsabilidades e até mesmo a falta de interesse são os motivos que levam os pais a se ausentar do processo educativo dos filhos” (SANTOS, et al. 2022, p.139).

Percebe-se ainda a urgente necessidade de se promover discussões a respeito do assunto, propostas estas que vem sendo defendidas por profissionais que lidam diretamente com esses tipos de violências: educadores, psicólogos, conselheiros tutelares, juristas, promotores, entre outros. É diante desse contexto que no tópico a seguir será abordado sobre a violência na escola praticada contra os professores.

A atuação da escola no combate a violência entre os alunos se constrói nos projetos educacionais operacionalizados, quando o corpo técnico e professores citaram o projeto trilhando os caminhos da paz, entre palestras e conversas individuais, até mesmo com o apoio do policiamento escolar. As famílias participam junto com os alunos dos projetos na escola, além de estarem sempre nas palestras organizadas na escola e orientações por parte da coordenação pedagógica.

É preciso considerar a escola um espaço de socialização e de enfrentamento da violência onde são construídas relações de ensino e aprendizagem entre professores e alunos e esta é a razão de existência do processo de ensino e aprendizagem que favorece a formação de cidadãos amantes da paz.

A escola já apresenta mecanismos internos para a resolução de violência entre os alunos, com apoio da secretaria de educação, mas vale recomendar que a

mesma crie projeto de participação da família sobre esse tema para que juntos fortaleçam a formação do aluno cidadão e contribua com uma sociedade mais humana.

Referências

ABRAMOVAY, M. (org.). **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: Unesco, Observatório da Violência, Ministério da educação, 2003.

ABRAPIA, C. L. **Violência escolar: perspectivas de enfrentamento**. São Paulo: EDUSP, 2006.

APPADURAI, A. **O medo ao pequeno número: Ensaios sobre a geografia da raiva**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

AQUINO, J. F. A. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

ARANHA, M. L. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

CHALITA, G. B. I. **Pedagogia da Amizade - Bullying: o sofrimento das vítimas e dos agressores**. São Paulo: Editora Gente, 2008.

DE ALMEIDA, Maria Clélia Guedes. O enfrentamento da violência escolar: suas repercussões sobre a aprendizagem do aluno e o ensino do professor nos anos iniciais do ensino fundamental. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 6, p. 22-41, 2023.

DOS SANTOS, Josimar Barbosa; PONTES, Edel Alexandre Silva; MORAES, Eduardo Cardoso. Formação humana e seus condicionantes socioeconômicos. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, p. e135101623539-e135101623539, 2021.

FERREIRA, N. S. C. Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia no Brasil: a gestão da educação como gérmen da formação. **Educação e Sociedade**, v. 27, n.

97, p. 1341-1358, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KAMII, C. **Atitudes de violência na sala de aula**. Rio de Janeiro: Cortez, 1996.

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo. Nacional, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de Maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução Nº 7, de 14 de Dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

OLIVEIRA, Cybelle Aline; SOUZA, Francisca Cláudia; SANTOS, Vânia Aparecida. Importância do Projeto Educativo Social na Escola: uma Revisão Bibliográfica. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 4, 2022.

REBELO, M. S. **Valores morais na escola**. São Paulo: Moderna, 2007.

SANTOS, Antonio Fernando et al. Influência Social: A participação da família na aprendizagem dos filhos. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 3, p. 132-152, 2022.